

24 de Janeiro de 2021

Viva a luta dos camponeses, operários e trabalhadores da Índia

Apoiamos o persistente protesto dos agricultores da Índia e outros trabalhadores. Reunidos às dezenas de milhares no frio do Inverno, acampados na imtempérie, os agricultores defendem-se contra as três leis que foram inconstitucionalmente aprovadas no parlamento sob a égide do BJP - o partido de apoio ao fascismo hindutva.

A Covid expôs a fragilidade do sistema capitalista mundial. Por toda a parte as pessoas estão desesperadas por conseguir trabalho e rendimentos. Por todo o mundo morrem pessoas, não só devido à pandemia directamente, mas também devido ao stress económico causado pelas políticas capitalistas no contexto da pandemia. As únicas pessoas que obtiveram lucros maciços com esta pandemia são as grandes corporações. A Apple, Tesla, Amazon, etc. viram as suas acções subir a níveis sem precedentes, enquanto o nível de desemprego em todo o mundo disparou do mesmo modo. Mesmo assim, muitos governos vêem como único alívio para as suas economias, a implementação e intensificação ainda maior das políticas capitalistas, dando uma redução maciça de custos e concessões aos patrões.

Também na Índia, o governo, a pretexto da covid, decidiu através de várias políticas, reduzir ainda mais os direitos dos trabalhadores, agricultores e outros trabalhadores. Entre estas estão as quatro leis laborais, três leis de agricultores, a factura da electricidade e outros diplomas que vão aumentar ainda mais o sofrimento económico das massas trabalhadoras, ao mesmo tempo que enriquecem ainda mais os grandes consórcios.

As leis laborais foram introduzidas pela primeira vez em nome da consolidação de um pesado número de leis laborais. No entanto, na realidade, permitem "contratos por termo determinado" (enquanto que os trabalhadores anteriormente, após um período ininterrompido de 240 dias na empresa teriam o direito a um contracto fixo e estavam protegidos contra despedimentos arbitrários, reduções dos postos de trabalho e encerramento das fábricas). Permitem também a resolução individual de litígios pelos trabalhadores, contornando os sindicatos, e permitiam despedimentos, reduções e encerramentos em todas as empresas com menos de 300 trabalhadores (anteriormente era de 100). Impossibilitaram as greves legais e reduziram as já escassas protecções dadas aos trabalhadores subcontratados, restringindo-as a empresas onde estavam empregados mais de 50 trabalhadores subcontratados (anteriormente era de 20). Além disso, muitas das grandes empresas estatais como a Air India, BPCL (Bharat Petroleum Corporation Ltd), as fábricas de material militar, muitos bancos estatais, etc., estão a ser postos à disposição para privatização. Todos os sindicatos e federações centrais opuseram-se a estas acções e estão em processo de luta contra estes passos.

No mesmo dia, em Setembro, quando as quatro leis laborais foram aprovadas, o partido no poder também aprovou três leis que afectam os agricultores. Através destas leis, a protecção dada aos agricultores (por exemplo, o governo estabelece um "preço mínimo" para os produtos agrícolas, permitindo a comercialização de produtos agrícolas apenas em Comitês de Comercialização de Produtos Agrícolas (APMC) onde a pesagem e o preço são controlados; permissão da contratação de terras agrícolas apenas sob certas condições, etc.) foram removidos. O argumento do Governo é que todas estas eram apenas restrições ao direito dos agricultores individuais ou da mulher do agricultor em fazer contratos. Na realidade, são protecções contra a exploração dos agricultores e a sua vinculação à escravatura contratual. Num país como a Índia, onde pessoas com 10 hectares ou mais são consideradas agricultores

ricos e onde a posse média de terra quase nem chega a um hectare, tais leis são desastrosas. Resumindo, estas leis agrícolas visam escravizar os agricultores em benefício das grandes corporações, tanto quanto as leis laborais visam escravizar os trabalhadores. Do mesmo modo, também a nova Lei da Electricidade desmantela todos os mecanismos de protecção do plano de eletrificação actual na Índia e entrega o sector da electricidade a agentes privados.

Todas estas leis são também claramente inconstitucionais. Por exemplo, a estrutura federal da Índia exige que as leis para a agricultura sejam feitas apenas pelos Governos dos Estados federados. Utilizando uma lacuna jurídica em alguns artigos, o Parlamento Central procura agora decretar estas leis. Do mesmo modo a Índia, que é signatária das resoluções da OIT que exigem a consulta tripartida (trabalhadores, patrões e governo), quando se tratam de mudanças em certos direitos laborais. Estas resoluções têm sido claramente violadas. Também se pretende reduzir os direitos dos Estados federados, com o Governo Central à procura de assumir todo o poder.

Face esta situação, os trabalhadores e os agricultores têm estado a protestar. No seguimento de uma série de dias de protesto na situação da Covid-19, cumprindo as restrições de distanciamento físico, máscaras e sanitização, o dia 26 de Novembro assistiu a uma greve maciça por todo o país. Os sindicatos ainda estão em modo de protesto e juraram juntar-se aos protestos dos camponeses.

Foi o protesto dos camponeses, no entanto, que foi de tirar o fôlego. Centenas de milhares de agricultores desceram a Deli, de várias partes do país e sitiaram a capital nacional. Continuam a vir em autocarros e tractores e a acampar nas fronteiras de Deli. Estão planeados muitas acções de protesto. A 13 de Janeiro será o dia de queimar as novas leis agrícolas e laborais. O dia 16 de Janeiro será um dia de protestos das minorias por todo o país, que incluirá também protestos contra a nova Lei de Alteração da Cidadania de 2019, que discrimina descaradamente os muçulmanos. O dia 18 de Janeiro será um dia de solidariedade das mulheres para com os camponeses em protesto. O culminar será a 26 de Janeiro, em que será celebrado o Dia da República da Índia com um grande desfile em Deli e nas capitais de outros Estados federados. Os camponeses fizeram um apelo para marcharem até Deli e após o desfile do Dia da República, terem o seu próprio cortejo no coração de Deli. Haverá também tais marchas por todas as capitais dos Estados federados. Em preparação para tal, haverá manifestações de protesto em todas as capitais dos Estado federados, a partir de 23 de Janeiro. Todos os sindicatos, excepto aqueles directamente controlados pelo partido no poder, apelaram ao apoio a estes protestos. Um confronto está no horizonte. A luta não é apenas pelos direitos dos trabalhadores e camponeses, mas também pela própria essência da democracia e conservação dos direitos das massas da Índia perante a saque predatório de corporações internacionais e nacionais.

Apelamos a todas as forças democráticas de todo o mundo para que se manifestem em apoio a este movimento. É a tarefa de todas essas forças democráticas num mundo que está a ser cada vez mais acochado pelo fascismo, que é fomentado pelo imperialismo. Desejamos o maior sucesso na luta dos trabalhadores e camponeses da Índia.

Pelo trabalho, pela terra, pela liberdade, democracia e socialismo!

Signatários (a partir de 22 de Janeiro de 2020, são possíveis mais signatários):

1. **PCPCI** Parti Communiste Proletarien de Côte d'Ivoire (Partido Comunista Proletário da Costa do Marfim)
2. **ORC** Organisation Révolutionnaire du Congo (Organização Revolucionária do Congo), República Democrática do Congo
3. **UPC-Manidem** Union des Populations du Cameroun - Manifeste National pour l'Instauration de la Démocratie (União das Populações dos Camarões - Manifesto nacional para o estabelecimento da democracia)
4. **CPK** Communist party of Kenya (Partido Comunista do Quênia)
5. **MMLPL** Moroccan Marxist-Leninist Proletarian Line (Marxistas-Leninistas Marroquinos, Linha Proletária)
6. **CPSA (ML)** Communist Party of South Africa (Marxist-Leninist) (Partido Comunista da África do Sul (Marxista-Leninista))
7. **PCT** Parti Communiste du Togo (Partido Comunista do Togo)
8. **PPDS** Parti Patriotique Démocratique Socialiste (Partido Patriótico Democrático Socialista), Tunísia
9. **MLOA** Marxist-Leninist Organization of Afghanistan (Organização Marxista-Leninista do Afeganistão)
10. **CPB** Communist Party of Bangladesh (Partido Comunista do Bangladesh)
11. **CPI (ML) Red Star** Communist Party of India (Marxist-Leninist) Red Star (Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista) Estrela Vermelha)
12. **PPRF** Patriotic Peoples Republican Front of Nepal (Frente Republicana do Povo Patriótico do Nepal)
13. **NDMLP** New-Democratic Marxist-Leninist Party (Partido Marxista-Leninista da Nova Democracia), Sri Lanka
14. **CPA/ML** Communist Party of Australia (Marxist-Leninist) (Partido Comunista da Austrália (Marxista-Leninista))
15. **БКП** Българска Комунистическа Партия (Partido Comunista Búlgaro)
16. **PR-ByH** Partija Rada - ByH (Partido trabalhista – Bósnia e Herzegovina)
17. **MLPD** Marxistisch-Leninistische Partei Deutschlands (Partido Marxista-Leninista da Alemanha)
18. **UCLyon** Unité Communiste Lyon (Unidade Comunista de Lyon), França
19. **UPML** Union Proletarienne Marxiste-Léniniste (União Marxista-Leninista Proletária), França
20. **BP (NK-T)** Bolşevik Parti (Kuzey Kürdistan-Türkiye) (Partido Bolchevique (Curdistão do Norte-Turquia))
21. **KOL** Kommunistische Organisation Luxemburg (Organização Comunista do Luxemburgo)
22. **RM** Rode Morgen (Amanhecer Vermelho), Países Baixos
23. **MLP** Marksistsko-Leninskaja Platforma (Plataforma Marxista-Leninista), Rússia
24. **MLGS** Marxistisch-Leninistische Gruppe Schweiz (Grupo Marxista-Leninista da Suíça)
25. **KSC-CSSP** Komunisticka Strana Československa – Československa Strana Prace (Partido Comunista de Checoslovaquia – Partido Obrero Checoslovaco), República Checa
26. **MLKP** Marxist-Leninist Komünist Parti Türkiye / Kürdistan (Partido Marxista-Leninista da Turquia/ Curdistão)
27. **KSRD** Koordinazionnyj Sowjet Rabotschewo Dvizhenija (Concelho de Coordenação do Movimento da Classe Trabalhadora), Ucrânia
28. **PCC-M** Partido Comunista da Colômbia – Maoista
29. **PCP** (independente) Partido Comunista Paraguai (independente)
30. **BDP** Bloco Democrático Popular, Peru
31. **PC (ML)** Partido Comunista (Marxista-Leninista), República Dominicana
32. **PCR-U** Partido Comunista Revolucionário do Uruguai